



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)  
Identificador: 52C4A-C431A-D44B3



## Decisão SEGEX 00563/2022-1

Produzido em fase anterior ao julgamento

**Processo:** 04168/2020-1

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

**UG:** IPREVA - Instituto de Previdência Social Dos Servidores do Município de Vargem Alta

**Relator:** Márcia Jaccoud Freitas

**Interessado:** LAUDETE CRISTINA LOVATTI DA SILVA

**Responsável:** LORAINE FARDIN ZAVARISE

Diante do que consta dos autos em epígrafe, **DECIDE** a Coordenadora do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 63, inciso II, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica – TCEES) c/c arts. 47, inciso IV, art. 47-A, §10, VI, e §1º, e 358, III, ambos da Resolução TC 261/2013 (Regimento Interno) e art. 6º, caput, e parágrafo único, da IN 31/2014, **EXPEDIR COMUNICAÇÃO DE DILIGÊNCIA** ao sr. **LORAINE FARDIN ZAVARISE**, gestora responsável pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Vargem Alta - IPREVA, ou quem a substitua, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a esta Corte os esclarecimentos e documentos que julgar necessários, ou realize as retificações cabíveis quanto ao fato descrito no item 5 da Instrução Técnica Preliminar – ITP 543/2022-4.

Determino o encaminhamento de cópias desta **Decisão** e da **Instrução Técnica Preliminar**, juntamente com o **Termo de Comunicação de Diligência**.

**Fica o responsável advertido de que:**

- a) O não atendimento a esta Decisão poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135, IV, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica deste Tribunal), art. artigo 389, IX do Regimento Interno do Tribunal de Contas c/c art. 29 da IN 31/14;
- b) A comunicação dos atos processuais ter-se-á como realizada quando confirmada por recibo assinado por pessoa encarregada de receber correspondência, por membro da família ou por empregado do responsável, ou ainda, quando efetivada a consulta eletrônica ao teor da comunicação dos atos, nos termos do art. 64, § 1º, incisos I e II, da Lei Orgânica deste Tribunal;
- c) A resposta deverá observar o formato dos documentos aceitos pelo TCEES, de acordo com o disposto na Instrução Normativa TC 35/2015.

À Secretaria Geral das Sessões para os impulsos necessários. Transcorrido o prazo legal, com ou sem resposta, retornem os autos à esta unidade técnica.

Vitória, 18 de julho de 2022.

**Sônia Rodrigues Silva**

**Coordenadora do NRP em substituição**

(Delegação de Competência: Ato SEGEX 07, publicado no DOETCEES em 17 de janeiro de 2020)